

29/02/2016 - 05:00

Privatização poderia acelerar saneamento, diz economista

Por **Sergio Lamucci**

Aloisio Araújo: privatização de companhias estaduais e municipais ajudaria a acelerar investimentos na área

Para acelerar os investimentos em saneamento básico, o economista Aloisio Araújo defende a privatização de empresas estaduais e municipais que atuam na área, propondo que o governo federal atue como coordenador do processo. Pela proposta do professor da Escola de Pós-Graduação em Economia (EPGE) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), a venda das companhias do setor deveria ser uma condição adicional para a renegociação da dívida dos Estados com a União, que também usaria empréstimos do BNDES para facilitar a desestatização. Das empresas vendidas, haveria a exigência de contrapartidas como a ampliação da cobertura em áreas carentes e pouco rentáveis, assim como a eventual despoluição de rios e baías, por exemplo.

Ao falar da necessidade de aumentar os investimentos no setor, Araújo destaca o momento dramático que o Brasil atravessa na saúde pública, com epidemias de zika e dengue em muitas cidades, doenças cuja proliferação é facilitada pelas condições precárias de saneamento. O país tem números muito ruins na área, destoando de outros indicadores sociais, diz o economista.

"O Brasil não é tão ruim quanto o seu saneamento", afirma ele, observando que houve avanços mais significativos nos últimos anos em áreas como educação e saúde, ainda que a qualidade ainda deixe bastante a desejar. No caso do esgotamento sanitário, por exemplo, menos de 50% da população é atendida por redes de coleta, segundo números do Sistema Nacional de Informação sobre Saneamento (SNIS).

Para destravar os investimentos na área, Araújo vê na privatização uma opção atrativa. Mas, para que seja bem sucedida, ele considera necessária a atuação do governo federal. "É necessário adotar um conjunto de incentivos para deixar todos os participantes do processo satisfeitos." Os Estados e municípios precisam de estímulos para venderem as empresas do setor, e é indispensável assegurar a ampliação da cobertura em regiões de baixa renda após a desestatização.

Araújo sugere que a privatização das empresas de saneamento entre como condição adicional na renegociação das dívidas com Estados, atualmente em curso, devendo atingir R\$ 460 bilhões. A ideia do governo federal é promover mudanças na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e fazer com que os governos estaduais aprove as mudanças na legislação local, reelaborando depois disso os contratos de endividamento. O Tesouro quer assegurar, por exemplo, a implementação de fundos de pensão complementares para os funcionários estaduais e

municipais. Para Araújo, a venda das estatais de saneamento poderia ser mais uma condição para a renegociação dos débitos. "Muitos Estados estão numa situação difícil, e seria uma forma de exigir uma contrapartida." Ele lembra do Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária (Proes), de 1996, que levou à privatização de bancos estaduais, envolvendo a renegociação das dívidas dos Estados com a União. A atuação do governo federal fez com que o processo ocorresse, afirma ele.

Araújo também considera importante a participação do BNDES para tornar viável a venda das empresas de saneamento, com oferta de crédito para os compradores. Segundo ele, o banco "deve abrir espaço dentro de sua programação" para realizar esse tipo de operação, emprestando menos ou deixando de emprestar para outros setores da economia. Financiar a expansão dos investimentos em saneamento é prioritário, e faz sentido colocar o BNDES na história, avalia Araújo, também professor do Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada (Impa). Além da renegociação da dívida com a União, os Estados teriam como outro incentivo as próprias receitas a serem obtidas com a venda das empresas da área, diz o professor da EPGE-FGV.

Um ponto fundamental, segundo Araújo, é exigir das empresas que comprem as estatais investimentos em áreas carentes. É crucial assegurar que regiões em que a operação é menos rentável também tenham a ampliação da cobertura, diz ele. Para ele, a União também pode repassar recursos federais destinados ao saneamento para garantir esse objetivo.

Na visão de Araújo, esse modelo tende a atrair empresas privadas nacionais e estrangeiras. Uma vez privatizadas, as companhias de saneamento deverão ter ganhos expressivos de eficiência.

Nesse cenário, elas poderão acelerar os investimentos na área, que ocorrem a uma velocidade muito inferior às necessidades do país. Os graves problemas causados por doenças como a dengue e a zika evidenciam a importância de aumentar os gastos no setor, diz Araújo.

O economista também avalia que as companhias do segmento podem receber empréstimos de instituições como a International Financial Corporation (IFC), o braço do Banco Mundial para financiar o setor privado. "Há espaço para obtenção de recursos de fora do país."